



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **ESTUDOS PRELIMINARES**

Contratação de serviços de segurança para os Cartórios Eleitorais, Depósito de Móveis e Almoxarifado, distribuídos nas regiões de 1 a 5 do Estado de Santa Catarina



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## 1 Análise de Viabilidade da Contratação

### 1.1 Contextualização

A contratação de serviços de segurança é necessária para proteger todo o patrimônio móvel e imóvel dos cartórios eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense, o Depósito de Móveis e o Almoxarifado do TRESA.

Atualmente, para esses cartórios, bem como Depósito de Móveis e Almoxarifado do TRESA, localizados nas regiões divididas em 1 a 5, contamos com sistema de vigilância eletrônica, para os horários em que não estão em funcionamento.

Esse modelo foi adotado com o fim de garantir a segurança do patrimônio público desses locais, desde quando os cartórios começaram a funcionar em local diverso, que não o Fórum, onde dividiam as instalações com a Justiça Estadual.

No presente estudo, foi incluído no modelo de contratação dos serviços de segurança, os Cartórios Eleitorais da Capital, uma vez que, atualmente, este local está sendo atendido por vigilância presencial, não armada.

Considerando o orçamento do Tribunal e considerando, ainda, que para o referido local não há histórico de ocorrências, que justifique a existência de vigilância presencial, esta Unidade vai passar a constar do rol do item 1, levando-se em conta a necessidade de manutenção de serviços de segurança, mas na mesma modalidade dos demais cartórios listados no presente estudo.

No caso do Almoxarifado, quando se passou a locar espaço, fora do Tribunal, foi adotado o modelo de vigilância eletrônica. Da mesma forma para o galpão que abriga o Depósito de Móveis do TRESA, o sistema implantado de segurança foi de vigilância eletrônica.

Considerando que com o passar do tempo quase todas as zonas eleitorais passaram a funcionar em sede própria, demandando a necessidade de resguardo dos bens e equipamentos, adotou-se o modelo de vigilância eletrônica, em razão do baixo custo e de atender as necessidades.

Em conformidade com o Planejamento de Contratações deste Tribunal, que uniformizou as vigências dos contratos e previu o agrupamento das Unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina em **seis regiões**, baseadas em critério geográfico, optou-se pela contratação dos serviços **por região**. Foram consideradas, ainda, na opção pelo agrupamento dos serviços por região, tanto a racionalização de recursos e processos quanto tornar o objeto mais atraente, com vistas a estimular a participação de maior número de empresas no certame.

Dessa forma, em face das argumentações tecidas e em razão deste Tribunal não possuir efetivo de servidores da Especialidade Segurança, em número suficiente para ocupar todos esses locais, faz-se necessária a contratação desses serviços de vigilância, mais especificamente, mantendo-se o modelo atualmente adotado.

### 1.2 Equipe de Planejamento da Contratação

<b>Integrante Demandante</b>	Valeria Luz Losso Fischer
<b>Substituto</b>	Moosele Josué Meira
<b>Integrante Técnico</b>	Moosele Josué Meira



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Substituto</b>	Rozenei Silveira
<b>Integrante Administrativo</b>	Geraldo Luiz Savi Júnior
<b>Substituto</b>	João Batista Sarilho da Silva

### 1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Diante da necessidade exposta no item 1.1, a definição do objeto busca a melhor solução para satisfazê-la com base nos requisitos do tipo de prestação de serviço. Atualmente, como já informado no item 1.1, para esses locais vem se adotando a forma de vigilância eletrônica, com sensor de alarme, a qual atende às demandas do TRESA.

#### 1.3.1 Requisitos Funcionais

Considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, entende-se que os requisitos funcionais são as atividades relacionadas aos serviços necessários para executar as atividades, compreendendo: a instalação de sistema de alarme, em todos os pontos de entrada dos cartórios, a fim de permitir maior segurança, em caso de arrombamento, em horários de não funcionamento.

#### 1.3.2 Requisitos Não Funcionais

Na execução dos serviços a empresa deve sempre manter o sistema de monitoramento em funcionamento e sempre garantir o atendimento de emergência, quando for acionado.

#### 1.3.3 Requisitos Externos

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia.

Em função da necessidade de atendimento presencial, nos casos de impossibilidade do conserto do sistema, a empresa deve ter autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria 387, de 28 de agosto de 2006, o qual passou a ser expedido juntamente com a Autorização de funcionamento ou de Revisão.

### 1.4 Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, não armada.

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, armada.

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, por meio de sensor de presença.

### 1.5 Contratações Públicas Similares

<b>Serviço</b>	Prestação de serviços de vigilância eletrônica, com sensor de alarme
----------------	--



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Instituição Pública</b>	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
<b>Fornecedor</b>	Khronos Segurança Patrimonial Ltda.
<b>Descrição</b>	Prestação de serviços de vigilância eletrônica
<b>Valor mensal</b>	R\$ 5.035,58
<b>Observações</b>	CT 071/2016 – valor mensal para a região 6, que abrange 19 unidades da Justiça Eleitoral

<b>Serviço</b>	Prestação de serviços de vigilância presencial, não armada
<b>Instituição Pública</b>	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
<b>Fornecedor</b>	Servig Segurança Privada Eireli
<b>Descrição</b>	Prestação de serviços de vigilância presencial, desarmada
<b>Valor mensal total</b>	R\$ 66.800,00
<b>Observações</b>	CT 101/2018 – valor de 1 posto 12 h diurno: R\$ 7.800,00 Valor de 1 posto 12h noturno: R\$ 8.900,00

<b>Serviço</b>	Prestação de serviços de vigilância presencial, armada
<b>Instituição Pública</b>	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
<b>Fornecedor</b>	Servig Segurança Privada Eireli
<b>Descrição</b>	Prestação de serviços de vigilância presencial, armada
<b>Valor mensal total</b>	R\$ 34.014,00
<b>Observações</b>	CT 117/2016 – valor de 1 posto de 12h diurno: R\$ 7.935,00 Valor de 1 posto de 12h noturno: R\$ 9.072,00

### 1.6 Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Os serviços disponíveis já foram identificados no item 1.4 deste documento.

### 1.7 Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não aplicável para esta contratação.

### 1.8 Análise dos Produtos/Serviços Identificados

Entendemos que a melhor forma de contratação, depois dos serviços identificados no item 1.4, e pelos motivos expostos no item 1, é a execução de forma indireta, por meio de contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, por meio de sensor de presença, nos moldes do atualmente contratado.

Tal motivo se deve a impossibilidade de atender a todos os locais com vigilância presencial, em função ao alto custo.

Assim, considerando o custo e as medidas de proteção ao patrimônio que devem ser mantidas, o modelo de vigilância eletrônica, com sensor de presença, é o que melhor atende as necessidades da Administração, neste momento.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.9 Custos Totais da Demanda

Para subsidiar a presente contratação, informamos os valores praticados no contrato em vigor, que são:

CT 096/2017: valor mais baixo praticado entre os municípios das regiões 1 a 5: R\$ 226,25.  
Valor mais alto praticado entre os municípios das regiões 1 a 5: R\$ 569,24.

### 1.10 Escolha e Justificativa do Objeto

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os cartórios eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense, divididos em regiões, de 1 a 5, Depósito de Móveis e Almoxarifado do TRESA.

Pelos motivos já expostos no item 1 e diante dos serviços disponíveis no mercado, informados no item 1.4, esta equipe entende que a vigilância eletrônica, com sensor de presença, é o que melhor atende as necessidades apontadas, nesse momento, levando-se em conta o custo e o objetivo, que é garantir a segurança do patrimônio público.

#### 1.10.1 Descrição do Objeto

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os cartórios eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense, Depósito de Móveis e Almoxarifado do TRESA, divididos em regiões, de 1 a 5, conforme abaixo descrito:

ITEM 1 - 1ª REGIÃO	
MUNICÍPIO	LOCAL
São José	Seção de Almoxarifado
São José	Depósito de Móveis
Biguaçu	2ª
Florianópolis	12ª, 13ª, 100ª
Florianópolis	Anexo II do TRESA
Palhoça	24ª
São João Batista	53ª
Tijucas	31ª

ITEM 2 - 2ª REGIÃO	
Araranguá	1ª
Braço do Norte	44ª
Criciúma	10ª, 92ª, 98ª
Içara	79ª



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Imaruí	62 <sup>a</sup>
Imbituba	73 <sup>a</sup>
Laguna	20 <sup>a</sup>
Orleans	23 <sup>a</sup>
Sombrio	54 <sup>a</sup>
Tubarão	33 <sup>a</sup> , 99 <sup>a</sup>
Turvo	42 <sup>a</sup>
Urussanga	34 <sup>a</sup>

<b>ITEM 3 – 3ª REGIÃO</b>	
Balneário Camboriú	56 <sup>a</sup> , 103 <sup>a</sup>
Balneário Piçarras	68 <sup>a</sup>
Barra Velha	Posto de Atendimento
Blumenau	3 <sup>a</sup> , 88 <sup>a</sup>
Brusque	5 <sup>a</sup> , 86 <sup>a</sup>
Gaspar	64 <sup>a</sup>
Indaial	15 <sup>a</sup>
Itapema	91 <sup>a</sup>
Ibirama	14 <sup>a</sup>
Itajaí	16 <sup>a</sup> e 97 <sup>a</sup>
Ituporanga	39 <sup>a</sup>
Joinville	19 <sup>a</sup> , 76 <sup>a</sup> , 95 <sup>a</sup> , 96 <sup>a</sup> , 105 <sup>a</sup>
Rio do Sul	26 <sup>a</sup> , 102 <sup>a</sup>
São Francisco do Sul	27 <sup>a</sup>
Taió	46 <sup>a</sup>
Trombudo Central	57 <sup>a</sup>

<b>ITEM 4 – 4ª REGIÃO</b>	
Canoinhas	8 <sup>a</sup>
Mafra	22 <sup>a</sup>
Porto União	25 <sup>a</sup>
Itaiópolis	38 <sup>a</sup>
Papanduva	81 <sup>a</sup>
Jaraguá do Sul	17 <sup>a</sup> , 87 <sup>a</sup>
São Bento do Sul	30 <sup>a</sup>
Guaramirim	60 <sup>a</sup>
Rio Negrinho	74 <sup>a</sup>
Timbó	32 <sup>a</sup>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ITEM 5 – 5ª REGIÃO	
Anita Garibaldi	52 <sup>a</sup>
Bom Retiro	4 <sup>a</sup>
Caçador	6 <sup>a</sup>
Campos Novos	7 <sup>a</sup>
Capinzal	37 <sup>a</sup>
Concórdia	9 <sup>a</sup> , 90 <sup>a</sup>
Curitibanos	11 <sup>a</sup>
Fraiburgo	77 <sup>a</sup>
Joaçaba	18 <sup>a</sup> , 85 <sup>a</sup>
Lages	21 <sup>a</sup> , 93 <sup>a</sup> , 104 <sup>a</sup>
São Joaquim	28 <sup>a</sup>
Santa Cecília	51 <sup>a</sup>
Seara	61 <sup>a</sup>
Tangará	47 <sup>a</sup>
Urubici	Posto de Atendimento
Videira	36 <sup>a</sup>

### 1.10.2 Alinhamento do Objeto

Trata-se de atividade de suporte, na prestação de serviços de vigilância eletrônica nos locais indicados no item 1.10.1, relacionados à Seção de Segurança e Transportes do TRESA. Mesmo essa Seção contando, em seu quadro, de servidores com cargo de agentes de segurança, não há número suficiente para atender a demanda informada em todo o Estado. Dessa forma, pelo exposto, não verificamos a possibilidade de conflito com outros serviços existentes no TRESA.

### 1.10.3 Benefícios Esperados

Os serviços visam a garantir a segurança dos imóveis, com proteção do patrimônio público.

### 1.10.4 Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada, devendo ser: Vigilância eletrônica, por meio de sensor de presença, sendo o sistema acionado nos horários em que não há expediente.

### 1.11 Adequação do Ambiente

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não será necessária qualquer adequação por parte do TRESA
Infraestrutura Elétrica	Não será necessária qualquer adequação por parte do



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	TRESC
Logística de Implantação	Não será necessária qualquer adequação por parte do TRESC
Espaço Físico	Não será necessária qualquer adequação por parte do TRESC
Mobiliário	Não será necessária qualquer adequação por parte do TRESC
Impacto Ambiental	Não será necessária qualquer adequação por parte do TRESC

### 1.12 Orçamento Estimado

No plano anual de contratações, item 35 – Vigilância eletrônica, está previsto R\$ 294.948,00 para estes serviços.

Informamos o valor estimado para a presente contratação, considerando os valores praticados nos contratos em vigor, que são:

CT 096/2017: valor mais baixo praticado entre os municípios das regiões 1 a 5: R\$ 226,25.

Valor mais alto praticado entre os municípios das regiões 1 a 5: R\$ 569,24.

## 2 Sustentação de Contrato

### 2.1 Recursos Materiais e Humanos

Os recursos humanos e materiais serão fornecidos pela empresa Contratada, para a execução dos serviços.

### 2.2 Continuidade do Fornecimento

A Contratada deverá manter o sistema em funcionamento sempre, sem interrupções. Em caso de inoperância do sistema, deverá providenciar vigilância presencial, até o restabelecimento dos serviços de vigilância eletrônica.

### 2.3 Transição Contratual

Quando da nova contratação, os gestores do contrato fornecerão todas as instruções necessárias para que a empresa tenha condições de executar os serviços.

### 2.4 Estratégia de Independência Tecnológica

Não se aplica.

## 3 Estratégia para Contratação

### 3.1 Natureza do Objeto





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Prestação de serviços de vigilância eletrônica nos locais indicados no item 1.10.1, relacionados à Seção de Segurança e Transportes do TRESA.

Os serviços a serem prestados são de natureza contínua, estendendo-se por mais de um exercício, respeitando-se o tempo legal de vigência permitida pela Lei de Licitações.

### 3.2 Parcelamento do Objeto

Os serviços a serem contratados não podem ser parcelados, sendo de execução contínua, conforme os locais indicados nas regiões que compõem os itens 1 a 5.

### 3.3 Adjudicação do Objeto

Em conformidade com o Planejamento de Contratações deste Tribunal, que uniformizou as vigências dos contratos e previu o agrupamento das Unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina em **seis regiões**, baseadas em critério geográfico, optou-se pela contratação dos serviços **por região**. Neste caso, serão somente 5 regiões, uma vez que para a região 6 há contrato em vigor. Foram consideradas, ainda, na opção pelo agrupamento dos serviços por região, tanto a racionalização de recursos e processos quanto tornar o objeto mais atraente, com vistas a estimular a participação de maior número de empresas no certame.

A adjudicação do objeto será **global**, por região.

### 3.4 Modalidade e Tipo de Licitação

A licitação deve ser realizada por meio de pregão eletrônico.

### 3.5 Classificação e Indicação Orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor estimado mensal do CT
Vigilância eletrônica	02.122.0570.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 23.000,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 23.000,00</b>

### 3.6 Vigência da Prestação de Serviço

O contrato terá vigência da data da sua assinatura até 31/07/2021, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais, conforme Lei de Licitações. Considerando que a contratação vai se estender por mais de um exercício financeiro, a Contratada terá direito ao reequilíbrio econômico financeiro do ajuste.

Os equipamentos deverão ser instalados e os serviços iniciados no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da autorização da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços.

Registro que a vigência ficará com período maior que 12 meses, considerando que a empresa contratada tem que investir em equipamentos num grande número de imóveis, razão pela qual, uma vigência inicial menor que 12 meses poderia resultar num custo maior para a contratação.

### 3.7 Gestor da Contratação

Os gestores da Contratação serão os chefes de cartório dos respectivos locais, ou seus substitutos.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Nas cidades que contarem com mais de uma Zona Eleitoral, a atestação dos serviços poderá ocorrer conjunta ou separadamente.

No depósito de móveis, responderá pela gestão do contrato o Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto.

No Almoxarifado do TRESA, responderá pela gestão do contrato o Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto.

No Anexo II o gestor do Contrato será o Coordenador de Pessoal, ou seu substituto.

### 4 Análise de Riscos

<b>RISCO 1: falha no sistema de vigilância eletrônica</b>				
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa 1	<input type="checkbox"/> Média 3	<input type="checkbox"/> Alta 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo 1	<input checked="" type="checkbox"/> Moderado 3	<input type="checkbox"/> Alto 5	
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	<input type="checkbox"/> Baixo 1	<input checked="" type="checkbox"/> Médio 3-5	<input type="checkbox"/> Elevado 9-15	<input type="checkbox"/> Extremo 25
Danos potenciais:	O cartório eleitoral ficar sem segurança			
Ação mitigatória 1:	Acionamento imediato da empresa para verificação no local			
Recursos requeridos:	Recursos humanos, equipamentos.			
Responsável:	Chefes de Cartórios			
Ação de contingência 1:	A empresa disponibilizar segurança presencial até o sistema ser corrigido			
Recursos requeridos:	Recursos humanos.			
Responsável:	Chefes de Cartório			

### 5 Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos preliminares e considerando que a prestação dos serviços de vigilância é essencial para manter a segurança dos imóveis que abrigam os cartórios eleitorais do Estado, do Depósito de Móveis e do Almoxarifado do TRESA, a equipe de planejamento considera viável a contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, por meio de sensor de presença, por se considerar economicamente mais viável e atender as necessidades de proteção do patrimônio público. Também foi levado em conta a probabilidade média dos riscos que a envolvem. Não obstante os impactos considerados na análise de riscos, caso se concretizem, há ações mitigatórias e de contingência definidas.